

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2011

A Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX é uma instituição civil mutualista, sem fins lucrativos, criada e gerida pela Fundação Habitacional do Exército (FHE) nos termos da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, considerando as alterações e os normativos decorrentes da lei. A POUPEX, que é submetida às normas do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e ao seu Estatuto, atua em todo o território nacional e opera com recursos captados em caderneta de poupança, tendo por objetivos permanentes a captação, o incentivo e a disseminação da poupança, proporcionando ou facilitando a aquisição e a construção da casa própria aos seus associados.

Conjuntura Econômica

Segundo o Banco Central do Brasil (BACEN), os seguintes fatores caracterizaram a economia brasileira ao final do ano de 2011: inflação em trajetória declinante, moderação do crescimento do crédito, contenção das despesas do setor público, déficit em conta corrente (2,1% do PIB) financiado inteiramente com investimento estrangeiro direto (IED), taxas de desemprego baixas e economia crescendo em torno de 3%.

Ao final de 2011, a inflação oficial brasileira atingiu o percentual de 6,5%, limite do teto da margem de tolerância, de 2 pontos percentuais, da meta anual do regime administrado pelo Comitê de Política Monetária (COPOM). Segundo analistas, embora uma inflação anual de 6,5% possa ser considerada alta, o problema não seria exclusivamente brasileiro. Com a expansão dos gastos públicos e o crescimento do endividamento em vários países, aliado ao crescimento da demanda, principalmente da China e da Índia, houve substancial aumento dos preços das commodities, desde 2009 até meados de 2011. Esse quadro fez com que a inflação mundial crescesse de modo expressivo. Nos EUA, a inflação de 12 meses chegou a 3%; na Europa, a 3,5%. A China chegou a ter, em outubro, inflação acumulada em 12 meses de 5,5%; a África do Sul, de 6%; Rússia, mais de 7%; e a Índia, de 10%. Em países como Argentina e Venezuela, a inflação supera dois dígitos.

Ainda segundo analistas, os preços dos serviços têm crescido acima da média dos demais itens nos últimos anos, como consequência das transformações em curso na economia do Brasil. O crescimento do poder de consumo das classes de menor renda tem ampliado a demanda por serviços, o que cria um ambiente favorável à alta de preços.

A taxa de juros ao consumidor registrou o menor patamar da série histórica, iniciada em 1995, passando de 6,79% ao mês no final de 2010, para 6,58% ao mês em 2011, de acordo com a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade. Em novembro, o BACEN promoveu mais uma redução da taxa SELIC, que atingiu 11% ao ano, sem viés, completando um movimento iniciado em agosto, e fez cair o IJF nas operações de crédito. Tais reduções refletiram as medidas que o BACEN e o Ministério da Fazenda promoveram para incentivar o consumo e evitar que a economia retraísse, tendo em vista o cenário externo, cujo protagonista atual é a Europa. Houve desaceleração do Produto Interno Bruto (PIB), em razão de fatores como a apreciação da taxa de câmbio, a continuidade de fortes medidas monetárias iniciadas no final de 2010 e a crise econômica europeia.

As cadernetas de poupança fecharam o segundo semestre de 2011 com captação líquida positiva de R\$ 9.517 milhões, pior resultado para o período desde 2006, quando a Taxa SELIC era de 13,25% a.a. em dezembro.

Destaca-se, ainda, a retração do investimento público no bojo da política fiscal implementada pelo atual governo e a queda da atividade industrial no segundo semestre de 2011. Desde o terceiro trimestre de 2010, tal setor acumulou crescimento de apenas 1,1%, patamar inferior a um terço do resultado registrado pelo setor de serviços, que cresceu 3,4% na mesma base de comparação. A queda da indústria de transformação, que acumulou queda de 0,7% nos dois últimos trimestres, e da construção civil, que reduziu sua taxa de crescimento de 1,2% no primeiro trimestre para 0,8%

e 0,2% nos períodos seguintes, foram os principais responsáveis pela desaceleração industrial. Segundo o BACEN, as perspectivas para 2012 apontam para uma taxa de inflação convergindo para a trajetória de metas, um crescimento ainda moderado do crédito, disciplina fiscal, persistente déficit em conta corrente (2,4% do PIB) financiado, essencialmente, com IED, manutenção de taxas de desemprego baixas e a economia crescendo em torno de 3,5%. Com base no que foi discutido na última reunião ocorrida em novembro de 2011, o COPOM reconheceu um ambiente econômico em que prevalece um nível de incerteza muito acima do usual.

Sendo assim, tais incertezas, mormente no cenário internacional, contribuíram para contenção das emissões no mercado de capitais, para um declínio nas taxas de juros nas operações de crédito para pessoas jurídicas e pessoas físicas, uma elevação moderada da inadimplência, com um comprometimento da renda relativamente estável.

DESEMPENHO POUPEX

No segundo semestre de 2011, a POUPEX consolidou o planejamento estratégico previsto para ser aplicado no período de 2012 a 2016. Assim, foram revisados os direcionadores estratégicos, traduzidos na MISSÃO, VISÃO e VALORES e foi inserido nesse conjunto de premissas, o NEGÓCIO das Instituições. Elaborou, ainda, um novo MAPA ESTRATÉGICO, cuja representação gráfica permite a visualização e o entendimento do conjunto de objetivos estratégicos, balanceados nas perspectivas, interligados por relações de causa e efeito e gerenciados por indicadores.

Proseguiu, ainda, com a implantação do Projeto Inovação e Melhoria de Processos, baseado em fundamentos considerados referenciais de mercado. Com finalização prevista para 31 de janeiro de 2012, os resultados alcançados apontam para o alcance dos objetivos propostos, quais sejam, o aumento da satisfação dos clientes, a redução do tempo gasto na realização dos trabalhos e dos custos para a Instituição, maior ganho na qualidade dos trabalhos, o aprimoramento do conhecimento sobre as operações, a busca por maior controle e visibilidade gerenciais e a garantia de conformidade com regulamentações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil.

Tais atividades, planejamento estratégico e a inovação e melhoria dos processos, são partes elementares da Gestão por Resultados, com seus componentes, Gestão Estratégica, Gestão por Processos, Gestão de Excelência, Gestão por Desempenho Operacional, Gestão de Custo e Gestão por Projetos, tendo a Inteligência Competitiva como o "Guarda-Chuva" que apoia todo esse processo, demonstrando a irreversibilidade do caminho escolhido pela POUPEX. Em reforço a tais expectativas, a Instituição prosseguiu apresentando desempenho extremamente favorável. O lucro líquido em 2011 atingiu R\$ 60.411 mil, superando em 123,7%, os R\$ 27.001 mil obtidos no exercício de 2010. O retorno sobre o patrimônio líquido foi de 13,83% a.a. As receitas atingiram R\$ 436.459 mil, com crescimento de 27,1% em relação a igual período de 2010.

As despesas aumentaram 18,8%, chegando a R\$ 376.048 mil, mas não comprometeram os resultados.

Em 31 de dezembro de 2011, a POUPEX computava patrimônio líquido de R\$ 3.402.670 mil, com aumento de 12,21% em relação à mesma posição em 2010. Na mesma comparação, os ativos tiveram um incremento de 15,7%, atingindo R\$ 3.882.173 mil.

A Associação manteve a participação de 9,09% do capital da Companhia Brasileira de Securitização (CIBRASEC).

A caderneta de poupança POUPEX fechou o segundo semestre de 2011 com captação positiva de R\$ 255,6 milhões. Os recursos dos associados poupadores, em 31 de dezembro de 2011, somavam R\$ 2.935,6 milhões, evidenciando aumento de 13,6% em relação ao registrado em

30 de junho de 2011. Em 31 de dezembro de 2011, havia 1.268 mil associados da poupança POUPEX, quantidade 0,56% a maior que a registrada em 30 de junho de 2011 (1.261 mil). Em 2011, foi registrado recorde de concessão de financiamentos imobiliários à pessoa física. De julho a dezembro, foram concedidos 3.445 financiamentos em todas as modalidades de crédito imobiliário. O montante contratado alcançou R\$ 117,2 milhões na POUPEX, o que representa 126,0% a mais do volume no mesmo período de 2010. As contratações foram distribuídas da seguinte forma: R\$ 78,5 milhões na linha de material de construção e R\$ 38,7 milhões para a aquisição ou a construção de imóveis. A Associação liberou, ainda, recursos da ordem de R\$ 48,4 milhões à construção civil para produção de imóveis residenciais (Plano Empresário).

A POUPEX se faz presente em todo Território Nacional com agências próprias e unidades de atendimento da Fundação Habitacional do Exército (FHE) ou do Banco do Brasil (BB). Nessa instituição financeira, os associados da Poupança POUPEX contam mais de doze mil pontos de atendimento, dentre agências e postos, distribuídos por todas as unidades da Federação e no exterior, além da possibilidade de realizarem diversas transações bancárias por meio da internet, telefone fixo e celular.

O cliente da Associação conta, ainda, com o Centro de Relacionamento com o Cliente POUPEX (CEREL). Esse canal busca facilitar os relacionamentos comerciais, prestando informações sobre produtos e serviços. O associado pode dispor, também, da Ouvidoria POUPEX, uma via de comunicação isenta, aberta e permanente, que tem como atribuição principal receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações, sugestões, elogios ou denúncias dos clientes e dos usuários de seus produtos e serviços. Atuando em sintonia com os órgãos e instrumentos de defesa do consumidor, a Ouvidoria POUPEX representa o respeito da organização para com o seu cliente, assegurando a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor.

O sucesso dos negócios da Associação está diretamente relacionado à credibilidade alcançada ao longo de 30 anos de atuação, à eficiência administrativa e à dedicação de seus empregados. Gerimos de forma ética e transparente todas as atividades e as relações com os clientes, parceiros e fornecedores, garantindo, assim, a responsabilidade social.

Por meio do Programa de Incentivo ao Estudo, a POUPEX cria condições para que o empregado possa expandir seus conhecimentos acadêmicos e técnicos, contribuindo para o seu desenvolvimento profissional e pessoal. Os cursos realizados estão estritamente relacionados com o ramo de atividade da Instituição.

Ao fim de 2011, a POUPEX contava com 1.300 empregados, 42 estagiários e 39 jovens aprendizes. Para esse último universo, a Associação desenvolve iniciativas com o objetivo de contribuir para a melhoria da realidade das comunidades menos favorecidas, participando de programas que preparam jovens para o mercado de trabalho. Destaque para o Programa de Aprendizagem, que beneficia jovens estudantes entre 14 e 18 anos, preferencialmente integrantes das parcelas mais carentes da população e o Programa de Estágio Profissionalizante remunerado, destinado aos jovens estudantes.

Ainda, dentro do enfoque social, a POUPEX incentiva os seus empregados a participarem de campanhas beneficentes, como voluntários ou por intermédio da arrecadação de material de higiene pessoal, de limpeza, brinquedos, roupas e outros, para doação às instituições de assistência previamente selecionadas.

Os números mencionados e as ações implantadas demonstram o compromisso da POUPEX em continuar trabalhando e oferecendo as melhores soluções para seus clientes.

ERON CARLOS MARQUES
Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL			Valores em R\$ mil		
DISCRIMINAÇÃO	31/12/2011	31/12/2010	DISCRIMINAÇÃO	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO CIRCULANTE	2.857.211	2.022.599	PASSIVO CIRCULANTE	479.503	320.821
DISPONIBILIDADES (Notas 3b e 4)	327	70	DEPÓSITOS (Nota 13)	370.502	193.675
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Notas 3c e 5)	1.266.802	745.146	Depósitos a Prazo	370.502	193.675
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.266.802	745.146	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 14)	0	48.190
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DERIVATIVOS (Notas 3d e 6)	207.491	184.498	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	0	48.190
Carteira Própria	207.491	184.498	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 15)	109.001	78.956
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Notas 3e e 7)	1.002.497	874.499	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	31.064	27.276
Créditos Vinculados:	594.749	530.431	Diversas (Nota 15b)	77.937	51.680
Depósitos no Banco Central	594.446	530.357	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.402.670	3.032.286
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	303	74	RECURSOS DE ASSOCIADOS POUPADORES (Nota 16)	2.935.561	2.625.815
Repasses Interfinanceiros	407.748	344.068	RESERVAS DE LUCROS (Nota 16)	468.275	407.864
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	343.157	189.027	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (Nota 16)	(1.166)	(1.393)
Operações de Crédito	386.169	247.189	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS (Nota 16)	0	0
Setor Público	57.218	57.225	TOTAL DO PASSIVO	3.882.173	3.353.107
Setor Privado	313.982	189.964	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		
(Provisão para Operações de Crédito) (Notas 3f e 8)	(403.012)	(58.162)			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	35.537	28.012			
Rendas a Receber	939	193			
Diversos	34.598	27.819			
OUTROS VALORES E BENS (Notas 3g e 10)	1.400	1.347			
Outros Valores e Bens	629	523			
(Provisões para Desvalorizações)	(295)	0			
Despesas Antecipadas	1.066	824			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1.024.962	1.330.508			
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.008.308	1.313.323			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DERIVATIVOS (Notas 3d e 6)	100.251	205.951			
Carteira Própria	100.251	205.951			
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Notas 3e e 7)	171.909	158.749			
Créditos Vinculados:	171.909	158.749			
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	171.909	158.749			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	729.288	941.854			
Operações de Crédito	761.294	970.876			
Setor Público	0	406.110			
Setor Privado	761.294	564.766			
(Provisão para Operações de Crédito) (Notas 3f e 8)	(32.006)	(29.022)			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	4.527	4.727			
Diversos	4.527	4.727			
OUTROS VALORES E BENS (Notas 3g e 10)	2.333	2.042			
Outros Valores e Bens	2.262	1.770			
(Provisões para Desvalorizações)	0	(229)			
Despesas Antecipadas	71	501			
INVESTIMENTOS (Notas 3h e 11)	7.810	7.810			
Outros Investimentos	7.810	7.810			
IMOBILIZADO DE USO (Notas 3i e 12)	8.844	9.375			
Imóveis de Uso	1.838	1.838			
Outras Imobilizações de Uso	20.008	18.598			
(Depreciações Acumuladas)	(13.002)	(11.061)			
TOTAL DO ATIVO	3.882.173	3.353.107			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31/12/2011 E EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2010			
DISCRIMINAÇÃO	Valores em R\$ mil		
	2º SEMESTRE 2011	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES	30.889	60.411	27.001
LUCRO LÍQUIDO	12.143	36.374	38.552
AJUSTE AO LUCRO LÍQUIDO:	3.348	11.424	39.279
Provisão para Operações de Crédito	8.978	26.058	2.979
Despesa para Contratos Desequilibrados	237	519	637
Provisão para Perdas - FCVS	1.213	1.430	(3.536)
Provisão/Reversão para Perdas	1.321	2.822	2.983
Depreciações	-	80	107
Desvalorizações de Bens Não de Uso Próprio	(2.998)	(6.003)	(3.897)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	44	44	-
Baixa do Ativo Imobilizado	-	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS:	(239.749)	(382.992)	(54.733)
AUMENTO EM ATIVOS OPERACIONAIS	(231.625)	(339.553)	(40.970)
Aumento de Recolhimentos Obrigatórios ao BACEN	(70.440)	(64.090)	(99.129)
Redução de Depósitos no FAHBRÉ	-	74	216
Aumento de Repasses Interfinanceiros	(27.563)	(63.680)	(60.703)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	1.704	3.043	3.862
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(2.230)	(3.611)	(3.744)
Baixa de Provisão para Operações de Crédito	(630)	(1.184)	(26)
Baixa de Provisão para Perdas - FCVS	(281)	(515)	(408)
Baixa de Provisão em decorrência de extinção do financiamento	(93)	(682)	(60)
Transferência de Créditos para Prejuízo	-	(18.487)	(23.105)
Aumento/Redução de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(227.642)	(241.920)	96.331
Aumento de FGTS a Ressarcir	(285)	(303)	0
Aumento de FCVS	(7.401)	(14.590)	(4.093)
Redução de Operações de Crédito	113.302	72.601	53.021
Aumento de Outros Créditos	(10.365)	(6.578)	(7.489)
Redução de Outros Valores e Bens	38	142	1.899
Ajustes de Avaliação Patrimonial	261	227	1.727
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	731
REDUÇÃO EM PASSIVOS OPERACIONAIS	(8.124)	(43.439)	(13.763)
Redução/Aumento de Recursos de Letras Hipotecárias	(6.559)	(48.190)	3.675
Redução/Aumento/Redução em Outras Obrigações	(1.565)	4.751	(17.438)
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	(196.717)	(286.207)	10.820
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-	-
Aumento/Redução de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	(36.965)	(79.827)	34.865
Alienação de Imobilizado de Uso	-	81	353
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.709)	(2.417)	(4.458)
Aumento/Redução de Juros/Dividendos recebidos	(803)	(745)	32
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(39.477)	(82.908)	30.792
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-
Aumento de Recursos de Associados Poupadores	353.298	309.746	493.595
Aumento de Depósitos	153.637	176.827	18.971
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	506.935	486.573	512.566
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA MODIFICADO NA POSIÇÃO FINANCEIRA DISPONIBILIDADES	270.741	117.458	554.178
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	804.016	957.299	403.121
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	1.074.757	1.074.757	957.299
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	270.741	117.458	554.178

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31/12/2011 E EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2010					
EVENTOS	Valores em R\$ mil				
	RECURSOS	RESERVA DE	AJUSTES DE	LUCROS	TOTAIS
	DOS ASSOCIADOS	LUCROS (ESTATUTÁRIA)	DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	
SALDO EM 31/12/2009	2.132.221	380.132	(3.120)	0	2.509.233
AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES	-	-	-	731	731
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	1.727	-	1.727
OUTROS EVENTOS:					
Remuneração:					
Juros	132.969	-	-	-	132.969
Atualização	15.042	-	-	-	15.042
Captação Líquida do Exercício	345.583	-	-	-	345.583
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	27.001	27.001
DESTINAÇÕES:					
Reservas	-	27.732	-	(27.732)	0
SALDO EM 31/12/2010	2.625.815	407.864	(1.393)	0	3.032.286
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	493.594	27.732	1.727	0	523.053
SALDO EM 31/12/2011	2.625.815	407.864	(1.393)	0	3.032.286
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	227	-	227
OUTROS EVENTOS:					
Remuneração:					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2011

NOTA 1 - A INSTITUIÇÃO E SUAS OPERAÇÕES

A ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO – POUPEX, organizada sob a forma de sociedade civil, de acordo com as Leis nº. 6.855, de 18.11.1980, e 7.750, de 13.04.1989, e demais disposições legais, regulamentares e disciplinadoras do Sistema Financeiro da Habitação - SFH tem por objetivo permanente: captar, incentivar e disseminar a poupança, propiciando ou facilitando a aquisição e construção de casa própria aos seus associados. A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército - FHE. A POUPEX é uma entidade sem finalidade lucrativa e, por esse motivo, é isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido sobre as rendas geradas pela sua atividade fim conforme disposto no art. 15 da Lei nº 9.532/97. Os rendimentos e ganhos líquidos, auferidos em aplicações financeiras são tributados exclusivamente na fonte à alíquota de quinze por cento, calculada sobre vinte e oito por cento do valor dos referidos rendimentos e ganhos líquidos, conforme disciplinado no art. 57 da Lei nº 9.430 de 1996. A Caderneta de Poupança POUPEX tem o seu processamento realizado pelo Banco do Brasil (em consonância com a legislação pertinente e as normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Secretaria da Receita Federal) mediante convênio firmado entre as partes, envolvendo a abertura, a manutenção e a movimentação das contas, com o apoio da sua rede de agências e terminais. Todos os associados poupadores da POUPEX são correntistas do Banco do Brasil S.A.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). A POUPEX também está divulgando a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como uma informação suplementar àquelas requeridas pelas normas contábeis referidas anteriormente (essas demonstrações contábeis são obrigatórias somente para empresa de capital aberto), em conformidade com a Resolução nº 1.138, de 21.11.2008, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Os pronunciamentos aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e que são aplicáveis à POUPEX são os seguintes: CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas; CPC 24 – Evento Subsequente e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 25.01.2012.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil dos bens do imobilizado (Nota Explicativa nº 12), a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 8), a provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 15), valorização de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 6), e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. A Administração revisa essas estimativas, no mínimo trimestralmente.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

b) Caixa e equivalente de caixa

O total de caixa e o equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota explicativa nº 4). Conforme mencionado na Nota explicativa nº 5.a. as aplicações em CDI-POS não são classificadas como Caixa e equivalente de caixa por se tratarem de aplicações para investimento.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota Explicativa nº 5).

d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam nas seguintes categorias, observada a regulamentação contida na Circular BACEN n.º 3.068/2001:

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM

a. Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Vencimento em dias	31.12.2011				31.12.2010			
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Mercado
1-Títulos Disponíveis para venda	113.551	0	0	7.809	121.360	120.192	6.643	145.774
Títulos Públicos	0	0	0	7.809	7.809	6.643	(1.166)	40.612
LTN	0	0	0	0	0	0	0	32.322
CVS	0	0	0	7.809	7.809	6.643	(1.166)	8.290
Títulos Privados	113.551	0	0	0	113.551	113.549	(2)	105.162
Cotas de Fundos	113.551	0	0	0	113.551	113.549	(2)	105.162
2-Títulos Mantidos até o vencimento	0	73.693	20.249	94.194	188.136	187.632	(504)	247.854
Títulos Públicos	0	0	9.733	0	9.733	9.793	60	0
LTN	0	0	9.733	0	9.733	9.793	60	0
Títulos Privados	0	73.693	10.516	94.194	178.403	177.839	(564)	247.854
CDB	0	0	0	0	0	0	0	175.245
CRI	0	0	0	4.124	4.124	3.538	(586)	13.497
LF	0	26.922	0	90.070	116.992	116.918	(74)	0
Cotas de Fundos	0	692	317	0	1.009	1.009	0	0
DPGE	0	46.079	10.199	0	56.278	56.374	96	59.112
Total	113.551	73.693	20.249	102.003	309.496	307.824	(1.672)	393.628

Vencimento em Anos	31.12.2011				31.12.2010			
	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	207.493	90.070	316	11.617	309.496	307.824	393.628	390.394
1 - Títulos disponíveis para venda	113.551	0	0	7.809	121.360	120.192	145.774	144.224
2 - Títulos mantidos até o vencimento	93.942	90.070	316	3.808	188.136	187.632	247.854	246.170

Vencimento em dias	31.12.2011				31.12.2010			
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Mercado
Por Carteira	113.551	73.693	20.249	102.003	309.496	307.824	(1.672)	393.628
Carteira própria	113.551	73.693	20.249	102.003	309.496	307.824	(1.672)	393.628

Por Carteira	31.12.2011			31.12.2010		
	Valor Contábil Circulante	Valor Contábil Não Circulante	Total	Valor Contábil Circulante	Valor Contábil Não Circulante	Total
Por Carteira	207.491	100.251	307.742	184.498	205.951	390.449
Carteira própria	207.491	100.251	307.742	184.498	205.951	390.449

Por Categoria	31.12.2011		31.12.2010	
	Títulos Disponíveis para venda	Títulos Mantidos até o vencimento	Títulos Disponíveis para venda	Títulos Mantidos até o vencimento
Títulos Disponíveis para venda	120.191	39%	283.169	73%
Títulos Mantidos até o vencimento	187.551	61%	107.280	27%
Valor contábil da carteira	307.742	100%	390.449	100%
Marcação a mercado	(82)		55	
Valor de mercado da carteira	307.824		390.394	

Os critérios de marcação a mercado dos títulos mantidos até o vencimento, para efeito de divulgação conforme quadros acima são os seguintes:

Cotas de Fundo de Investimento: estão representadas relativamente por títulos públicos federais, debêntures e depósitos a prazo, cujos critérios de marcação a mercado, utilizados pelos administradores, são aqueles descritos na Nota Explicativa 3.d.

Operações Pré-Fixadas: o valor a mercado de um título pré-fixado corresponde ao valor de vencimento (valor de resgate) do título trazido a valor presente pelo fator de desconto na data-base do balanço (referente à data de vencimento do título) obtido com base na curva de juros pré-fixados verificada no mercado.

Operações Pós-Fixadas: são marcadas a mercado pela variação da taxa do CDI exigido para operação similar na data-base do balanço.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (registrado no grupo Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários na Demonstração de Resultados)

	R\$ mil	
	2º sem/2011	Exercício 2011
Títulos de renda fixa	19.123	35.452
Rendas de Fundos Mútuos de renda fixa	6.559	12.371
Total	25.682	47.823

c) Reclassificação de categorias dos Títulos e Valores Mobiliários
Nos exercícios de 2011 e 2010, não foram efetuadas reclassificações de categorias dos títulos e valores mobiliários.

NOTA 7 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a. Composição

DISCRIMINAÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Créditos Vinculados	766.658	689.180
Banco Central - Recolhimentos Obrigatórios	594.446	530.357
SFH - Depósitos no FAHBRE	0	74
SFH - FGTS a Ressarcir	303	0
SFH - Fundo de Compensação de Variações Salariais	171.909	158.749
Principal com Opção pela Novação	207.354	192.080

I- Títulos mantidos até o vencimento

Inclui os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

II- Títulos disponíveis para venda

São contabilizados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos intrínsecos reconhecidos nas demonstrações de resultado e os ganhos e perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido – “Ajuste a Valor de Mercado – Títulos Disponíveis para Venda” – até a sua realização por venda. A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes, formais, objetivos, verificáveis e transparentes. Abaixo, apresentamos a metodologia de apuração dos títulos disponíveis para venda:

- a) **Certificados de Depósitos Bancários - CDB:** cotação da instituição bancária emissora, obtido diretamente pela plataforma eletrônica do CETIP, na data de apuração;
- b) **Fundos de Investimentos:** a carteira dos fundos de investimento está representada relativamente por títulos públicos federais, debêntures e certificados de depósitos bancários e estão marcados a mercado com base em critérios definidos pela Administração do Fundo de Investimento e podem ser assim resumidos: os títulos públicos federais e as debêntures são marcados a mercado diariamente pela cotação de mercado divulgado pela ANBIMA e ANBIMA e SND, respectivamente, os CDBs pelo mesmo critério descrito no item anterior. O saldo contábil do fundo de investimento é atualizado pela multiplicação da quantidade de cotas na carteira pelo valor cota diária, recebida pelo administrador do fundo ou coletada no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- c) **Títulos CVS:** a metodologia de precificação consiste na apuração do valor presente do fluxo de caixa futuro, descontado pela “curva de cupom de TR” divulgada diariamente pela BM&FBovespa.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentes de como estão classificados, são apropriados *pro rata temporis*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo. Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

E) Relações Interfinanceiras

Estão demonstrados pelo valor principal, atualizados pelas rendas e encargos incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais (Nota Explicativa nº 7).

f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos juros e atualização monetária incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). A classificação das operações com atraso superior a 14 dias são tratadas como operações em curso anormal de acordo com o disposto no parágrafo 2º, do art.4º, da norma, que permite a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I, da norma anteriormente citada, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebida.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 8).

g) Despesas Antecipadas

Correspondem à parcela paga antecipadamente pelos direitos e serviços a serem recebidos, cujo benefício será incorrido em períodos futuros (Nota Explicativa nº 10).

h) Investimentos

Referem-se a participações societárias, onde não há nenhum tipo de influência significativa, e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável (Nota Explicativa nº 11).

i) Imobilizado de Uso

Registrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, que é calculada

pelo método linear, com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa n.º 12 e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

j) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não-financeiros

Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Não houve indicativos de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não-financeiros.

k) Ativos Contingentes e Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Estão reconhecidos com base na avaliação e na estimativa de risco de perda das ações judiciais e dos processos administrativos, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2010.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível. Atualmente, não há ativos contingentes registrados nas demonstrações contábeis da Entidade.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança (Nota Explicativa nº 15).

l) Demais ativos e passivos

Estão demonstrados pelo valor de custo, atualizados pelos encargos e juros incorridos até a data do balanço, com base no critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a. Composição geral

	Valores em R\$ mil	
	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades	327	70
Caixa	9	3
Depósitos Bancários	318	67
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez/Títulos e Valores Mobiliários	1.074.430	957.229
Total de Caixa e equivalentes de caixa	1.074.757	957.299

b. Composição das aplicações e TVM (caixa e equivalentes de caixa)

Título	Emissor	31.12.2011	31.12.2010
CDI	Banco do Brasil	960.932	681.196
CDB	Banco do Brasil	0	175.245
Fundo	BB Pólo VII	112.372	100.410
Fundo	BB CP 600 mil	1.006	371
Fundo	BB CP 200	120	7
Total		1.074.430	957.229

A política de investimentos da POUPEX prioriza as aplicações em instituições financeiras de 1ª linha e em papéis de baixo risco. A remuneração média anual das aplicações financeiras que compõem a carteira da POUPEX é a seguinte: 11,75% a.a. para os papéis indexados ao CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro; 11,91% a.a. para os Fundos de Investimento administrados pela BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

NOTA 5 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Composição

	R\$ mil	
	31.12.2011	31.12.2010
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.266.802	745.146
Não Ligadas	1.266.802	745.146
Total	1.266.802	745.146
Ativo Circulante	1.266.802	745.146

Vencimento em dias	0-30	31-180	181-365	Total	%
CDI-OVER	960.932	-	-</		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2011

CARTEIRA IMOBILIÁRIA - FAIXAS DE OPERAÇÕES POR CURSO
OPERAÇÕES EM CURSO NORMAL

EM R\$ MIL

		AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2011	TOTAL
PARCELAS VINCENDAS	ATÉ 030	10.620	4.630	88	56	45	20	15	7	6.992		22.473
	ATÉ 060	10.474	1.708	493	55	45	20	15	7	39		12.856
	ATÉ 090	39.958	2.019	87	55	45	20	15	7	39		42.245
	ATÉ 180	32.017	5.673	257	164	134	247	114	21	116		38.743
	ATÉ 360	202.499	11.677	505	551	263	164	86	42	511		216.298
	SUP 360	393.945	257.334	16.972	11.444	11.044	3.643	3.622	1.724	10.029		709.757
PARCELAS VINCENDAS	ATÉ 014	-	286	11	35	13	12	2	7	22		388
	ATÉ 030	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
	ATÉ 060	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
	ATÉ 090	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
	ATÉ 180	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
	ATÉ 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
SUP 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	
SUBTOTAL		689.513	283.327	18.413	12.360	11.589	4.126	3.869	1.815	17.748		1.042.760

OPERAÇÕES EM CURSO ANORMAL

		AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2011	TOTAL
PARCELAS VINCENDAS	ATÉ 030	28	68	68	85	78	40	36	28	701		1.132
	ATÉ 060	27	69	68	85	77	39	35	445	138		983
	ATÉ 090	27	68	771	84	77	39	34	28	135		1.263
	ATÉ 180	78	330	193	247	227	117	101	82	391		1.766
	ATÉ 360	109	386	570	488	439	1.198	190	204	918		4.502
	SUP 360	1.738	7.467	5.103	8.929	7.331	6.532	2.833	3.689	7.915		51.537
PARCELAS VINCENDAS	ATÉ 014	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
	ATÉ 030	10	125	50	19	9	9	2	3	164		391
	ATÉ 060	-	-	91	75	31	10	13	4	10		234
	ATÉ 090	-	-	-	94	77	30	11	1	-		213
	ATÉ 180	-	193	-	136	480	65	418	727	720		2.739
	ATÉ 360	-	-	-	-	-	89	132	2.212	1.193		3.626
SUP 360	3.705	3.970	740	527	237	353	660	220	25.905		36.317	
SUBTOTAL		5.722	12.676	7.654	10.769	9.063	8.521	4.465	7.643	38.190		104.703

TOTAL 695.235 296.003 26.067 23.129 20.652 12.647 8.334 9.458 55.938 1.147.463
(informações não auditadas)

OPERAÇÕES EM CURSO NORMAL

		AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2010	TOTAL
PARCELAS VINCENDAS	ATÉ 030	7.608	2.022	623	28	34	15	6	8	6.943		17.287
	ATÉ 060	7.485	1.074	70	28	34	16	5	8	8		8.728
	ATÉ 090	7.368	2.070	70	28	34	15	5	8	8		9.606
	ATÉ 180	21.436	5.616	987	209	102	593	16	25	488		29.472
	ATÉ 360	97.106	9.962	687	883	347	85	620	94	359		110.143
	SUP 360	700.993	170.445	14.336	7.686	8.408	3.754	1.346	2.370	2.757		912.095
PARCELAS VINCENDAS	ATÉ 014	-	434	23	9	14	10	5	7	5		507
SUBTOTAL		841.996	191.623	16.796	8.871	8.973	4.488	2.003	2.520	10.568		1.087.838

OPERAÇÕES EM CURSO ANORMAL

		AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2010	TOTAL
PARCELAS VINCENDAS	ATÉ 030	30	82	92	74	71	62	45	41	1.055		1.552
	ATÉ 060	30	82	91	73	70	60	44	40	299		789
	ATÉ 090	30	82	91	72	70	60	43	40	293		781
	ATÉ 180	76	243	980	207	202	177	563	115	1.586		4.149
	ATÉ 360	114	478	510	646	856	339	248	213	1.870		5.274
	SUP 360	1.971	8.880	9.373	6.560	6.514	5.667	4.161	2.580	13.074		58.780
PARCELAS VINCENDAS	ATÉ 014	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-
	ATÉ 030	6	147	52	8	12	1	0	1	1		228
	ATÉ 060	21	-	170	412	24	8	7	4	5		651
	ATÉ 090	1	-	-	112	45	15	1	6	4		184
	ATÉ 180	216	3	-	71	828	58	2.445	658	466		4.745
	ATÉ 360	457	2.168	732	-	-	1.190	1.179	1.620	8.990		16.336
SUP 360	4.103	1.452	-	507	233	454	654	219	29.136		36.758	
SUBTOTAL		7.055	13.617	12.091	8.742	8.925	8.091	9.390	5.537	56.779		130.227

b. Receitas de Operações de Crédito (registradas no grupo Operações de Crédito na Demonstração de Resultados)

	2º sem/2011	Exercício 2011	Exercício 2010
Receitas de Operações de Crédito	82.336	169.396	161.022
Empréstimos e títulos descontados	22.692	53.104	65.506
Financiamentos	56.646	110.289	90.796
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.998	6.003	4.720
Total	82.336	169.396	161.022

c. Composição da carteira por atividade econômica

	31.12.2011	RS mil 31.12.2010
Setor Público	72.187	463.336
Atividades Empresariais	72.187	463.336
Outros Serviços	72.187	463.336
Setor Privado	1.075.276	754.729
Indústria	10.170	0
Habitação	1.065.106	754.729
Total	1.147.463	1.218.065

d. Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco:

Nível de Risco	% Provisão	31.12.2011		31.12.2010	
		Valor das Operações	Valor da Provisão	Valor das Operações	Valor da Provisão
AA	0	695.235	0	849.051	0
A	0,5	296.003	1.480	205.240	2.120
B	1	26.067	261	28.887	289
C	3	23.129	694	17.613	528
D	10	20.652	2.065	17.898	1.790
E	30	12.647	3.794	12.579	3.773
F	50	8.334	4.167	11.393	5.698
G	70	9.458	6.621	8.057	5.640
H	100	55.938	55.936	67.347	67.346
Total		1.147.463	75.018	1.218.065	87.184

e. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	2º semestre/11	Exercício 2011	Exercício 2010
Saldo no início do período	76.982	87.184	71.182
Transferências para prejuízo	(16.127)	(34.614)	(23.720)
Reclassificação de prejuízo para nível H	11.431	11.431	615
Provisão constituída	3.348	11.944	39.916
Baixas	(616)	(927)	(809)
Saldo Final do período	75.018	75.018	87.184

f. Outras informações

- **Empréstimo - Capital de Giro:** operação realizada nos moldes da Resolução CMN nº 3.922/2010, capítulo I, art. 2º, item XXV.
- **Empréstimo para a Fundação Habitacional do Exército (FHE):** Em 10.12.2009, a POUPEX efetuou operação de empréstimo para a Fundação Habitacional do Exército (FHE), cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 29.000 mil (R\$

406.110 mil em 31 de dezembro de 2010). Essa operação é remunerada pela taxa de 1,2% ao mês, sem prazo de vencimento. A liquidação desse crédito ocorre no último dia útil de cada mês, observada a disponibilidade de caixa da FHE, conforme acordado na cláusula terceira do correspondente contrato de empréstimo. O Banco Central do Brasil, em 18 de maio de 2010, por meio da correspondência DESUC/GTBSB/COSUP 2-210/57, manifestou entendimento que esta operação estava em desacordo com o disposto no artigo 29 da Lei 6.855/80. A Administração da POUPEX, em 14 de julho de 2010, recorreu do entendimento do BACEN, que até a presente data não se manifestou, solicitando revisão da posição apresentada, considerando que a operação realizada está respaldada na legislação em vigor e posições anteriores do BACEN. Além disso, o empréstimo tem como finalidade primordial permitir que a FHE cumpra sua principal missão, a de dar apoio financeiro ao seu público alvo. A Administração entende que não existem riscos de não realização financeira desta operação. Não obstante o relatado acima, a FHE durante o exercício de 2011 realizou várias amortizações do empréstimo, por meio de recursos próprios (R\$ 153.490 mil) e cessão de operações de crédito (R\$ 223.620 mil), ficando o saldo da operação, em 31.12.2011, reduzido a R\$ 29.000 mil. As cessões de operações de crédito pela FHE à POUPEX e que serviram para amortização do empréstimo foram as seguintes:

Data	Valor contábil
01/11/2011	87.460
01/12/2011	136.160
Total	223.620

Esses créditos decorrem de contratos para aquisição de material de construção e financiamento para imóveis residenciais e foram cedidos pelo valor contábil, registrados em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A transferência abrangeu apenas créditos adimplentes. O risco da operação é de responsabilidade da POUPEX, sendo as provisões calculadas e registradas em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS

a. Composição do grupamento:

DISCRIMINAÇÃO	31.12.2011	RS mil 31.12.2010
Rendas a receber	939	193
Diversos	39.125	32.546
Adiantamento e Antecipações Salariais	1.631	1.684
Adiantamentos para Pagamento de nossa Conta	224	375
Devedores por Compra de Valores e Bens	424	139
Devedores por Depósitos em Garantia	3.030	2.980
Pagamentos a ressarcir	1.793	1.912
Devedores Diversos - País	32.023	25.456
Total	40.064	32.739

Classificação do Ativo:

Circulante	35.537	28.012
Não Circulante	4.527	4.727
Total	40.064	32.739

Rendas a Receber - registra os juros sobre capital próprio e os dividendos a receber provenientes de investimentos.

Adiantamentos e antecipações salariais - registra os adiantamentos e antecipações concedidos aos empregados da instituição.

Adiantamentos para Pagamento de nossa Conta - registra os adiantamentos concedidos a empregados e Escritórios Regionais e Postos para despesas administrativas.

Devedores por Depósitos em Garantia - registra os depósitos decorrentes de exigências legais para interposição de recursos trabalhistas e de mutuários.

Pagamentos a ressarcir - refere-se a valores a serem ressarcidos à instituição referentes a seguros e programa de apoio a educação.

Composição: Devedores Diversos - País

	31.12.2011	RS mil 31.12.2010
Consignações a receber de terceiros	11.030	7.210
Complemento de prestações a receber	6.391	3.998
Valores a receber da FHE	14.532	12.125
Pendências - Sistema poupança	0	1.988
Outros	70	135
Total	32.023	25.456

Consignação a receber de Terceiros - refere-se a valores consignados de prestações imobiliárias que ainda não sensibilizaram a conta corrente da instituição;
Complementos de prestações a receber - registra a diferença apurada entre os valores devidos e os valores pagos das prestações imobiliárias pelos mutuários;
Valores a receber da FHE - registra o valor de responsabilidade da Fundação Habitacional do Exército sobre o custo de pessoal da POUPEX e processamento em TI.
Pendências a regularizar - Sistema PEX - registra transitoriamente os valores de poupança que sensibilizarão a conta de poupança no dia seguinte.

NOTA 10 - OUTROS VALORES E BENS

a. Composição:

	31.12.2011	Valores em RS mil 31.12.2010
--	------------	------------------------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2011

	Saldo inicial 31.12.2009	Aquisições	Transf. (21) (404)	Baixas	Deprec.	Saldo Final 31.12.2010
Móveis e equipamentos em estoque	1	20	-	-	-	-
Imobilizações em curso	-	404	-	-	-	-
Edificações	1.632	109	-	-	(72)	1.669
Móveis e utensílios	424	1.140	410	(78)	(178)	1.718
Máquinas e aparelhos	513	236	15	(195)	(76)	493
Sistema de comunicação	57	17	-	(5)	(24)	45
Sistema de processamento	5.548	1.858	-	(43)	(2.498)	4.865
Sistema de Transporte	78	672	-	(30)	(135)	585
TOTAL	8.253	4.456	-	(351)	(2.983)	9.375

O índice de imobilização na POUPEX em relação ao patrimônio de referência é de 0,26% (0,31% em 31.12.2010), sendo o limite máximo de 50% definido pelo BACEN. Não houve indícios ou evidências de que os ativos imobilizados estão registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável.

NOTA 13 - DEPÓSITOS A PRAZO

As obrigações inscritas em "Depósitos a Prazo" compreendem os Depósitos Especiais, compostos pelo Fundo das três Forças: Marinha, Aeronáutica e Exército (remuneração é vinculada a taxa CDI) e da Fundação Habitacional do Exército - FHE (remunerado pela TR mais juros de 6,5% a.a.). Esses recursos são depositados nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei nº. 6.855/1980. Esses depósitos não possuem prazo de vencimento e sua liquidez é diária. **Despesas de Captações com Depósitos Especiais (registradas no grupo Resultado de Operações com Captações no Mercado na Demonstração de Resultados)**

	R\$ mil		
	2º sem/2011	Exercício 2011	Exercício 2010
Despesas de Captação	18.904	29.899	18.487
Depósitos Especiais	18.904	29.899	18.487
Total	18.904	29.899	18.487

NOTA 14 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Neste 2º semestre de 2011, as Letras Hipotecárias foram liquidadas. O saldo em 31.12.2010, devidamente atualizado, era de R\$ 48.190 mil.

	R\$ mil		
	2º sem/2011	Exercício 2011	Exercício 2010
Despesas de Captação	95	852	3.676
Letras Hipotecárias	95	852	3.676
Total	95	852	3.676

NOTA 15 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias:

	R\$ mil		
	31.12.2011	31.12.2010	
Impostos e Contribuições a Recolher	5.654	4.843	
Provisão para Riscos Fiscais	25.410	22.433	
Total	31.064	27.276	

Impostos e Contribuições a Recolher – registra os tributos devidos pela instituição ou retidos na fonte.

Provisões para riscos fiscais – Diante da declaração de inconstitucionalidade do § 1º, do art. 3º, da Lei 9.718/98, pelo STF, no julgamento do RE nº. 390.840-5/MG, foi requerida judicialmente a aplicação dos seus efeitos à POUPEX. Adicionalmente, a Lei nº. 11.941, de 27.05.2009, no art. 79, item XII, revogou esse dispositivo. O pleito encontra-se pendente o julgamento de recurso perante o TRF 1ª Região. Os valores provisionados, observado o prazo de prescrição, e não recolhidos dos tributos relativos à COFINS e ao PIS, com os respectivos acréscimos legais, atingiram em 31.12.2011, o montante de R\$ 25.410 mil (R\$ 22.433 mil em 31.12.2010).

A POUPEX solicitou no requerimento acima a restituição dos valores pagos a título de PIS e COFINS, eventualmente recolhidos, ou recolhidos a maior, ou sua compensação com quaisquer tributos ou contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, caso a decisão seja favorável a esta instituição.

Os créditos tributários recolhidos, atualizados pela taxa SELIC, referente à COFINS perfazem o montante de R\$ 48.803 mil e ao PIS o de R\$ 2.095 mil. Estes valores referem-se a contingências ativas e, por este motivo não estão registrados no ativo da POUPEX.

b) Diversas:

	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações com Vendedores de Imóveis/Financiados (b.1)	12.156	5.330
Obrigações por Contribuições ao SFH (b.2)	835	769
Provisão para Pagamentos a Faturar (b.3)	19.803	17.397
Provisão para Passivos Contingentes (b.4)	10.879	8.594
Recursos do FGTS para Amortização de Financiamentos	410	391
Parcelas de Prêmios de Seguros Diversos a Repassar	501	293
Valores transitórios - Sistema PEX (b.5)	2.994	0
Encargos e Amortizações recebidas - Financiamentos	1.279	1.581
Valores sob Análise - SICOM	160	1
Provisão para contratos desequilibrados (b.6)	28.343	16.308
Outros Credores	577	1.016
Total	77.937	51.680

b.1) Obrigações com Vendedores de Imóveis/Financiados – registra as importâncias a serem liberadas aos mutuários de acordo com o cronograma da obra e a pessoas físicas e jurídicas que venderam imóveis financiados pela instituição.

b.2) Obrigações por Contribuições ao SFH – registra o valor das contribuições mensais e trimestrais devidas ao Sistema Financeiro da Habitação.

b.3) Provisão para Pagamentos a Faturar – registram os valores relativos a despesas de pessoal, custo por processamento e a despesas por competência do mês, devidas aos fornecedores.

b.4) Provisão para riscos trabalhistas e cíveis – A composição dos saldos das provisões é a seguinte:

DISCRIMINAÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Passivos Trabalhistas	247	178
Poupança	2.103	374
Demandas judiciais - prováveis perdas	6.485	6.355
Financiamento imobiliário - ações judiciais	1.920	1.586
Cobertura de sinistro - material de construção	100	100
Outros	24	1
Total	10.879	8.594

I) Movimentação das provisões para riscos trabalhistas e cíveis:

	SALDO EM 31/12/2010	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO	SALDO EM 31/12/2011	
CONTINGÊNCIAS		ENTRADAS	SÁIDAS	
TRABALHISTAS	178	260	(191)	247
CÍVEIS	8.316	5.867	(3.651)	10.532
SINISTRO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	100	407	(407)	100
TOTAL	8.594	6.534	(4.249)	10.879

	SALDO EM 31/12/2009	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO	SALDO EM 31/12/2010	
CONTINGÊNCIAS		ENTRADAS	SÁIDAS	
TRABALHISTAS	178	6	(6)	178
CÍVEIS	8.504	1.500	(1.688)	8.316
SINISTRO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	100	412	(412)	100
TOTAL	8.782	1.918	(2.106)	8.594

II) Comentários sobre a natureza das provisões de riscos trabalhistas e cíveis

a. Provisão para riscos cíveis

A Provisão para Riscos Cíveis está representada por ações ordinárias revisionais de crédito imobiliário, ações de consignação e cobrança de expurgos inflacionários de poupança.

No que se refere aos créditos imobiliários, a POUPEX, de acordo com a Deliberação da Diretoria nº. 043/2008 constitui provisão para demandas judiciais relativas a ações movidas pelos mutuários que visam à redução do valor das prestações dos financiamentos, e que será objeto de julgamento por parte da justiça. A Administração entende que a Entidade tem um risco futuro de perda provável, pelo eventual não recebimento, ao final do contrato, da diferença entre o valor da prestação determinado pela justiça e aquele contabilizado, razão pela qual vem constituindo tal provisão, cujo montante em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 6.485 mil (R\$ 6.355 mil, em 31/12/2010).

b. Provisão para riscos trabalhistas

Reclamação trabalhista pleiteando aviso prévio, férias proporcionais, com acréscimo de 1/3 relativo ao período de novembro de 2003 a agosto de 2004; 13º salário proporcional, relativo ao ano de 2004; Liberação do FGTS; Multa de um salário, previsto no Artigo 477, Parágrafo 8 da CLT, horas extras, indenização por danos morais e materiais.

III) Passivos Contingentes – Risco Possível

	R\$ mil	
ASSUNTO	QTDE	31/12/2011
Condomínio	5	84
Crédito Imobiliário	648	10.529
Empréstimo Simples	8	33
Fundo de Apoio Moradia - FAM	4	33
Material de Construção	9	20
Poupança	308	2.740
Trabalhista	1	29
TOTAL	983	13.468

GESTÃO DE RISCOS

A POUPEX, como integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e do Sistema Financeiro Habitacional (SFH), tem atuado ao longo do tempo observando as melhores práticas de mercado no gerenciamento dos riscos, valendo-se de estrutura que conta com uma área específica para executá-lo, denominada Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI, subordinada diretamente à Vice-Presidência - VIPRE, conforme demonstrado na figura abaixo:



Ações - Condomínio
Representam pedidos de pagamento de débitos (contas vencidas), realização de obras dentro dos condomínios e pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

Ações - Crédito Imobiliário

Representam pedidos revisão de índices, recálculo do saldo devedor, aplicação de juros simples, repetição de indébito, não inclusão do nome do mutuário nos órgãos de proteção de crédito, não promover execução extrajudicial, aplicação do Plano de Equivalência Salarial - PES, substituição da TR pelo INPC, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Empréstimo Simples, FAM (produtos da FHE)

Os autores requerem: revisão de contrato, nulidade das cláusulas que causaram oneração excessiva do contrato de adesão, declarar nula a cláusula que prevê a contratação do seguro de proteção financeira e a cláusula que prevê o vencimento antecipado, condenar o réu ao pagamento da indenização relativa ao seguro pela invalidez, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, e pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Material de Construção

Representam pedidos de revisão no valor da dívida, exclusão de juros superiores a 12% ao ano, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Poupança

Representam pedidos de pagamentos das diferenças relativas aos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e II).

Ações - Trabalhista

Representam pedidos de danos morais e pagamento de horas-extras.

b.5) Valores transitórios - Sistema PEX – registram transitoriamente os valores de poupança que sensibilizarão a conta de poupança no dia seguinte.

b.6) Provisão para contratos desequilibrados - A POUPEX possui na data-base de 31 de dezembro de 2011 o montante aproximado de R\$ 227.327 mil (R\$ 239.449 mil, em 31.12.2010) de saldo devedor de contratos de operações de financiamento imobiliário com característica de desequilíbrio financeiro, ou seja, contratos em que as prestações pagas pelos mutuários ao longo do contrato não são suficientes para a amortização integral do saldo devedor, em razão das limitações de atualização das prestações impostas por legislação. A Administração efetua uma provisão decorrente das prováveis perdas derivadas do processo de negociação dos contratos com os respectivos mutuários quando dos seus vencimentos, cujo valor consignado é de R\$ 28.343 mil (R\$ 16.308 mil em 31 de dezembro de 2010), sendo calculada com base na estimativa do desconto a ser oferecido aos mutuários quando da liquidação das operações. A Administração estima que a provisão constituída é suficiente para cobrir a totalidade das perdas por descontos concedidos de toda a carteira de operações de financiamento imobiliário na data-base das demonstrações contábeis, sendo seu valor periodicamente revisado.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social da POUPEX é composto dos seguintes itens:

	R\$ mil	
	31.12.2011	31.12.2010
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.402.670	3.032.286
Recursos de Associados Poupadores	2.935.561	2.625.815
Reservas de Lucros	468.275	407.864
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.166)	(1.393)

a) Recursos de Associados Poupadores – representa os recursos captados por meio da Poupança POUPEX, conforme convênio firmado com o Banco do Brasil e referido na Nota Explicativa nº 1. Segundo as normas do Banco Central os depósitos dos poupadores são registrados no grupamento do Patrimônio Social e não no Passivo Exigível por se tratar de entidade de Associação de Poupança e Empréstimo - APE.

Despesas de Captações com Depósitos de Poupança (registradas no grupo Resultado de Operações com Captações no Mercado na Demonstração de Resultados)

	R\$ mil		
	2º sem/2011	Exercício 2011	Exercício 2010
Depósitos de Poupança	97.745	187.574	148.011
FGC	2.112	4.128	3.592
Total	99.857	191.702	151.603

b) Reserva de Lucros – trata-se de Reserva Estatutária cuja finalidade é a de atender a possíveis emergências de ordem financeira e a de compensar as aplicações no Imobilizado. O Conselho de Administração por meio da Resolução nº. 002/2001, limitou essa reserva a 30% do valor da poupança. Sua constituição ocorre somente por ocasião do encerramento do exercício, conforme previsto no Estatuto da POUPEX.

c) Ajuste de Avaliação Patrimonial – TVM – representa a variação da marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda.

NOTA 17 – DESDOBRAMENTO DE OUTROS ITENS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

a) Outras Receitas Operacionais

	R\$ mil		
	2º sem/2011	Exercício 2011	Exercício 2010
Recuperação de Encargos e Despesas	502	996	786
Reversão de outras provisões *	5	9.198	9.810
Recuperação de outros créditos	0	1.054	0
Outras Rendas	862	1.696	534
Total	1.369	12.944	11.130

*Refere-se à reversão de provisão de PIS/COFINS, no montante de R\$ 9.015 mil, em decorrência da prescrição do crédito tributário.

b) Despesas de pessoal

	R\$ mil		
	2º sem/2011	Exercício 2011	Exercício 2010
Salários	15.285	31.227	26.744
Benefícios	3.524	6.946	5.948
Encargos Sociais	7.161	13.964	12.762
Treinamentos/Estagiários	390	774	740
Total	26.360	52.911	46.194

c) Outras Despesas Administrativas

	R\$ mil		
	2º sem/2011	Exercício 2011	Exercício 2010
Despesas de Água	50	77	25
Despesas de Aluguel	220	405	377
Despesas de Comunicação	2.778	5.684	5.910
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	1.712	3.063	1.694
Despesas de Material	570	1.193	1.218
Despesas de Processamento de Dados	2.380	4.469	6.073
Despesas de Promoções e Relações Públicas	817	1.340	938
Despesas de Propaganda e Publicidade	510	1.262	4.132
Despesas de Publicações	96	200	229
Despesas de Seguro	16	38	29
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	2.877	6.260	6.010
Despesas de Serviços de Terceiros	299	665	878
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	49	50	0
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	2.031	3.559	2.542
Despesas de Transporte	123	268	224
Despesas de Viagens	199	410	483
Despesas com Uniformes	28	95	699
Despesas de Depreciação	1.321	2.822	2.982
Despesas de Condomínio	446	714	863
Despesas de Consignação	171	230	80
Outras	336	526	321
Total	17.029	33.330	35.707

d) Despesas Tributárias

	R\$ mil		
	2º sem/2011	Exercício 2011	Exercício 2010
IPTU	132	273	196
ITBI	122	238	241
Imposto de Renda	1.606	2.868	1.691
IOF	106	209	185
Taxas	10	21	10
ISS	68	130	110
COFINS	3.883	7.624	6.111
PIS	631	1.239	993
Atualizações	1.848	3.391	2.544
Outros	0	0	2
Total	8.406	15.993	12.083

SÍNTESE DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

RISCO OPERACIONAL

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Em atendimento à legislação, e considerando suas características, a POUPEX adota a Abordagem do Indicador Básico de Riscos. No que se refere à gestão dessa categoria de riscos, é realizado trabalho integrado com o Sistema de Controles Internos da Instituição, principalmente para o tratamento dos eventos de riscos identificados a partir do monitoramento que se realiza rotineiramente.

O resultado dos trabalhos tem apontado para eventuais necessidades de adoção de pontos de controles específicos, seja pela realização de mapeamento de processos operacionais seja pelo estabelecimento de plano de treinamento aos empregados, o que tem contribuído com o aperfeiçoamento das atividades internas.

RISCO DE MERCADO

Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da flutuação dos valores de mercado e de posições detidas pela Instituição.

e) Outras Despesas Operacionais

	R\$ mil		
--	---------	--	--

SÍNTESE DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS
RISCO DE CRÉDITO

Conceitua-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. Assim, o Risco de Crédito pode ser evidenciado, na POUPEX, pelo desempenho da Carteira de Financiamento Imobiliário, sobre a qual se realiza análise objetiva utilizando-se de ferramentas, como o Índice de Qualidade da Carteira – IQC, índice de inadimplência e o VAR das perdas esperadas.

Também é realizada, conforme política interna da Instituição, avaliação do enquadramento da carteira relacionada aos recursos não direcionados que são aplicados no mercado financeiro. A disseminação da cultura de gerenciamento destes riscos em toda a Instituição, a divulgação da Política, disponível na INTRANET, e o estabelecimento de procedimentos de monitoramento contínuo dos graus de exposição, de acordo com as orientações do BACEN, estão previstos nos Relatórios de Riscos, com apreciação da Diretoria e

aprovação pelo Conselho de Administração, publicado na página da POUPEX na Internet (www.poupeex.com.br).

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2011.

ALDEMIR MENDES DA SILVA
Gerente da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
Introdução

O Comitê de Auditoria da POUPEX, instituído pelo Conselho de Administração através da deliberação 018 de 10 de agosto de 2005, tem como competência zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Associação de Poupança e Empréstimo POUPEX, avaliar sobre a eficiência e confiabilidade do Sistema de Controles Internos, bem como pela apreciação da conformidade das suas operações e negócios com os dispositivos legais, os regulamentos e a política da associação, a supervisão das atividades da auditoria interna e de Compliance e o monitoramento da auditoria externa. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da administração, das fontes acima citadas, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles e nas suas próprias análises e observações.

Atividades Exercidas no Período

O Comitê de Auditoria realizou, no segundo semestre de 2011, diversas reuniões, contando com a participação da Auditoria Interna e Externa, Diretoria e demais áreas da POUPEX.

Sistemas de controles internos e de Gerenciamento de Riscos

No segundo semestre de 2011 a POUPEX continuou com o aprimoramento das políticas institucionais e fortalecimento do processo de governança corporativa, tendo avançado no aperfeiçoamento do processo de gerenciamento dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

O Comitê de Auditoria avalia de forma positiva a efetividade dos Controles Internos da POUPEX, entendendo que esforços vêm sendo realizados, com o engajamento da administração no sentido de adequá-los ao porte e complexidade operacionais da associação.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria recebeu todos os relatórios dos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna e avalia positivamente a sua abrangência, qualidade e o nível de independência da área. Dentre os trabalhos realizados pela Auditoria Interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a continuidade dos negócios da POUPEX.

Auditoria Externa

A KPMG Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria externa das demonstrações contábeis da POUPEX, devendo certificar que elas representem de forma adequada, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Comitê reuniu-se com os auditores independentes para conhecimento das principais conclusões dos trabalhos realizados e análise do respectivo parecer. O Comitê julgou que os trabalhos desenvolvidos foram adequados, não tendo sido evidenciados fatos relevantes que pudessem comprometer a sua independência.

Demonstrações Contábeis

O Comitê de Auditoria analisou os aspectos que envolvem o processo de elaboração das Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas, Relatórios Financeiros e Relatório da Administração com data base de 31.12.2011 tendo, ainda, realizado reunião conjunta com os responsáveis pela elaboração desses documentos e com os Auditores Externos, para informações e esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Além disso, foram analisadas as práticas contábeis utilizadas pela POUPEX na elaboração das demonstrações contábeis, constatando-se que as mesmas encontram-se alinhadas à legislação e regulamentação vigentes, retratando, com fidedignidade, a situação econômica e financeira da associação.

Conclusões

O Comitê de Auditoria não recebeu nesse período registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Empresa que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da POUPEX ou a fidedignidade de suas demonstrações contábeis.

Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Associação de Poupança e Empréstimo POUPEX relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2011.

Brasília, 17 de fevereiro de 2012

JAIRO ALVES DOS SANTOS
Coordenador

WALTER PEREIRA GOMES

JORGE LÚCIO ANDRADE DE CASTRO

JOSÉ DE CASTRO NEVES SOARES

SÍNTESE DO RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS – 2º SEMESTRE/2011

A partir de meados de 2010 a Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX passou a contar com metodologia diferenciada, patrocinada pela Diretoria Colegiada, no sentido de estabelecer e aperfeiçoar a cultura de Controles Internos no âmbito da Instituição.

O mapeamento de processos operacionais constou como prioridade no exercício de 2011, sendo o segundo semestre o período em que se imprimiu ritmo de trabalho mais acentuado, quando houve contratação de firma terceirizada para cumprimento do cronograma traçado pela Instituição. O levantamento realizado proporcionou à Governança conhecimento amplo e apropriado acerca da realidade operacional das Gerências.

Ao final de 2011 a Instituição alcançou resultado operacional expressivo e inédito, originado, entre outros fatores, pela realização de ajustes na metodologia de enquadramento das operações de crédito, em relação aos níveis de riscos previstos na Resolução Nº 2.682/1999. Houve, igualmente, incremento na carteira de crédito imobiliário, pela concessão de novos financiamentos imobiliários e tratamento de situações de inadimplência e desequilíbrio de contratos, além da obtenção de melhores resultados na rentabilidade das aplicações financeiras realizadas junto a instituições bancárias.

O envolvimento da Administração Superior com as questões operacionais, além da esfera estratégica, fortaleceu e aperfeiçoou a metodologia de gerenciamento de riscos, em que

o Sistema de Controles Internos atua com o propósito de contribuir para a melhoria dos processos conduzidos pelas gerências.

Buscar-se-á, ao longo dos próximos exercícios, ampliar a integração dos procedimentos utilizados pelo Sistema de Controles Internos, como forma de dar tratamento aos pontos identificados pelo gerenciamento do Risco Operacional e, assim, disponibilizar suporte estrutural ainda mais compatível com o nível de complexidade das operações desenvolvidas pela Instituição.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2011.

ALDEMIR MENDES DA SILVA

Gerente da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos - CORCI

DIRETORIA

ERON CARLOS MARQUES
Presidente

RICARDO BARBALHO LAMELLAS
Vice-Presidente

JAIRO ALVES DOS SANTOS
Diretor

LETÍCIO DE CAMPOS DANTAS FILHO
Diretor

WALTER PEREIRA GOMES
Diretor

CLÁUDIO ROGÉRIO PINTO
Diretor

JOSÉ DE CASTRO NEVES SOARES
Diretor

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

MARIA DE FÁTIMA MACHADO GONÇALVES
Contadora - CRC/DF 008.116/O-1

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GILBERTO ARANTES BARBOSA
Presidente

ERON CARLOS MARQUES
Vice-Presidente

RICARDO BARBALHO LAMELLAS
Secretário

PAULO KAZUNORI KOMATSU
Conselheiro

MARCO TÚLIO MORAES DA COSTA
Conselheiro

JORGE LÚCIO ANDRADE DE CASTRO
Conselheiro

LAURO LUIS PIRES DA SILVA
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, aos Associados e aos Administradores da Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos

riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 8.f, a POUPEX concedeu empréstimo à sua gestora Fundação Habitacional do Exército - FHE, cujo saldo devedor, em 31 de dezembro de 2011, deduzido da amortização de R\$ 377.110 mil, realizada no segundo semestre de 2011, é de R\$ 29.000 mil. Essa operação é objeto de questionamento por parte do Banco Central do Brasil, sob a alegação de que a Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, autoriza a POUPEX a operar exclusivamente com a carteira de crédito imobiliário. A Administração da

POUPEX entende que o referido empréstimo foi concedido em conformidade com a legislação e apresentou contra-argumentação ao Banco Central do Brasil, que até a presente data não se pronunciou a respeito.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e está sendo apresentada espontaneamente pela POUPEX. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior auditados por outros auditores independentes
Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 7 de fevereiro de 2011, sem modificações em sua opinião.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Francesco Luigi Celso
Contador CRC SP-175348/O-5 S-DF

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O-2